

O IMPÉRIO E SEUS IDIOMAS: GOVERNOS ULTRAMARINOS, NEGOCIANTES E ESCRAVOS NO MUNDO PORTUGUÊS

Antonio Carlos Jucá de Sampaio (UFRJ)
acjuca@gmail.com

Hélida Conceição (UNEB)
helidas@gmail.com

Ao longo dos últimos trinta anos a pesquisa histórica sobre o período colonial tem questionado o esquematismo dos estudos relativos ao período, cujos pilares eram a visão dicotômica da sociedade brasileira, percebida como dividida entre senhores e escravos, e a compreensão da colônia como um simples corolário da expansão mercantil europeia. Da nova percepção derivada de tais avanços surge uma sociedade complexa, que não se deixa capturar por simplificações e anacronismos, outrora tão em voga. Atualmente a principal questão desse debate historiográfico é o estudo das especificidades que marcaram as diversas áreas ultramarinas que compunham o Império português. Pretende-se compreender o ultramar lusitano na encruzilhada dos distintos processos históricos da Europa, África, Ásia e do Novo Mundo, ultrapassando uma visão eurocêntrica e percebendo a dinâmica imperial como resultado da química formada pela antiga sociedade portuguesa e as conjunturas mundiais. O Antigo Regime português sem seu Império ultramarino seria incompreensível. Essa nova perspectiva historiográfica não pôde deixar de vincular o Antigo Regime português à expansão ultramarina e aos fluxos globais produzidos na idade moderna. Pode-se assim sublinhar algumas das principais singularidades ultramarinas, em particular a percepção hoje corrente de que os impérios ultramarinos eram cortados e interligados por diversas redes comerciais, sociais e políticas. Negócios oceânicos que conectavam a reprodução de diferentes estruturas sociais em toda a sua profunda diversidade. Deu-se assim maior ênfase à consideração de características essenciais da sociedade portuguesa nos Tempos Modernos, procurando explicitar a profunda singularidade do escravismo na América e das dinâmicas socioeconômicas por ele engendradas nas regiões situadas nos três continentes que então integravam o império ultramarino português. Para melhor analisar todas essas questões, a presente proposta de organização de simpósio temático pretende debater temas como: os padrões de atuação dos agentes e redes mercantis no âmbito do Império; a circulação de homens e culturas políticas e seus efeitos na criação de zonas de influência que conectavam o local com o global; a experiência dos poderes e instituições locais em interação com as cidades capitais do império luso; a negociação como eixo do relacionamento entre poder central e poderes locais; a escravidão como um marco decisivo na definição dos modos de dominação que deram forma ao Brasil colonial. JUSTIFICATIVA A ideia de linguagens partilhadas como meio de comunicação que contribuía para a estabilidade do império pode, inicialmente, ser percebida pela indagação de como seria possível no Antigo Regime dos Trópicos a interação entre diferentes segmentos sociais, como negociantes e nobreza da terra, entre senhores (reinóis ou nascidos nas conquistas) e escravos no mais das vezes vindos do continente africano. Que tipos de linguagem possibilitavam a comunicação entre grupos tão distintos? A estas perguntas, aparentemente tão simples, deve-se acrescentar que a atuação dos escravos, uma vez aliados a seus senhores, era imprescindível para a manutenção da primazia política na América portuguesa, já que

cativos armados tinham peso importante na força política dos bandos, facções da nobreza da terra. Por sua vez, o papel de negociantes de escravos era fundamental para a reprodução de uma sociedade escravista, ou seja, a atuação do corpo mercantil contribuía para reordenar as relações de poder e a hierarquia social. O estudo destas linguagens é fundamental caso se pretenda compreender tal império com os seus diferentes *loci*, povos e segmentos sociais, congregando interesses múltiplos, cambiantes no tempo e no espaço, quer de natureza política, cultural, econômica ou social. Logo, conflitos entre forças locais (conquistas/colônias) e centrais (coroa/reino), disputas entre facções no poder (bandos), demandas entre grupos sociais (comerciantes e fidalgos, senhores e escravos), além de tensões internas a cada dimensão aludida, poderiam tornar inelásticas as bases de funcionamento do império e de uma sociedade estamental, caso suas linguagens e formas de comunicação não propiciassem a atenuação de conflitos e embasassem a governabilidade portuguesa como um todo. Dito de outro modo, o que se ressalta aqui é que a linguagem e a comunicação foram fundamentais para a formação e a manutenção da estabilidade do império. Com efeito, pretende-se ultrapassar a interpretação do império constituído por dualidades como Metrópole *versus* Colônia e Senhores *versus* Escravos. Ao invés de dualidades, na verdade, teríamos múltiplas cadeias de conflitos e de negociações. Ou seja, multiplicidades de idiomas que interconectados entre si davam forma e movimento ao império português da época moderna.